UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CEFD

• Número 01 (candidato)

As políticas públicas de Educação no Brasil, especificamente na área da Educação Física, perpassam por mudanças históricas, filosóficas e epistemológicas, que demandam compreendê-la como área de conhecimento vinculada as práticas pedagógicas e corporais, atrelada a uma formação integral dos sujeitos.

Embora campo de atuação amplo, a saber, escolar, esporte, lazer e saúde, sua especificidade é marcada em trabalhar com o movimento humano, o corpo e as práticas corporais que resultam na saúde, qualidade de vida, bem estar, em uma perspectiva histórica, social e cultural.

Trazendo para o diálogo com o tema alguns autores, destaco Bracht (2019), em sua abordagem crítico-superadora à Educação Física, a considera (ela) como prática pedagógica, uma vez que faz parte da Educação, com suas especificidades. Tal autor, apresenta reflexões das tensões e desafios que ela se configurou no decorrer da história, uma vez que, ela se constituiu socialmente de forma tecnicista, higienista, de rendimento e ou performance.

Paralelo a este cenário, Bracht (2019), em suas produções, propõe romper com estes modelos e (re) pensar a Educação Física, uma vez que ela possui potencialidades e especificidades na formação integral dos sujeitos. Tal formação integral, ressalta que os profissionais de Ed. Física

em suas ações intencionais e nas práticas de ensino, compreendam para além do corpo, "quem são os sujeitos das nossas ações", uma visão que se desprende do tecnicismo e ancora-se no humano, nas suas relações com o movimento. Corpo este, como ser histórico, social e cultural, indissociado, onde as práticas pedagógicas e corporais, oportunizem autonomia, emancipação, reflexão crítica, saúde e qualidade de vida.

No campo da políticas públicas, autores como Palma, Araújo e Rodrigues (2023), ampliam este olhar para a Educação Física e sua legitimidade enquanto área de conhecimento escolar e não escolar (esporte, saúde e lazer).

Tais autores, propõem uma epistemologia decolonial, uma vez que há necessidade de rupturas aos paradigmas firmados historicamente e culturalmente, eurocêntricos ou norte-americanos (tecnicistas, alto rendimento, esportivista, performance etc.)

Nesta legitimidade, considera-se enquanto campo de intervenção, elementos sociais, históricos, culturais e das experiências, principalmente dando voz, reconhecendo-as, dos grupos minoritários e invisibilizados socialmente (negros, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, grupos periféricos entre outros), oportunizando não somente acesso, mas também, participação ativa e emancipação.

Dentre os grupos minoritários, Palma, Araújo e Rodrigues, chamam a atenção da área

da Educação Física e sua presença na Educação de Jovens e Adultos, uma vez que são vozes muitas vezes silenciadas e que requerem esforços grandiosos para conciliar trabalho, família e estudos. Este olhar humano, nas intervenções, e também, vincula-se aos espaços de críticas, reflexões e participação na elaboração de políticas públicas, que requer incluí-los e também valorizar suas identidades, experiências e memórias.

Corroborando com essa discussão, os autores apresentam as ideais reflexões da escritora Bell Hooks (1994), onde para ela, ensinar é uma prática para transgredir, onde a Educação Física, enquanto área, possui em si, responsabilidades inerentes ao acesso, permanências, sucesso nas aprendizagens e emancipação dos seus sujeitos.

Vale ressaltar, que dentro destas práticas humanizadoras e de visibilidade, autores como Stigger, também chama a atenção para políticas públicas de educação, que tiveram avanços, principalmente a partir da constituição de 1988, no esforço de redemocratização dos direitos sociais intersetorial (esporte, saúde, educação e lazer). Nesta toada, a inclusão social e de grupos minoritários configurou-se como direito e dever do estado ampliar e garantir acesso e permanência de todos e todas as pessoas.

Em atenção ao viés emergente das políticas públicas de Educação aos profissionais de Educação

Física, é preciso que os cursos de formação inicial em licenciatura e bacharelado, de acordo com Barcht (2019), bem como as pesquisas e na pós-graduação, tenham compromisso ético, crítico, e reflexivo, tornem-se "atores ativos" do processo. e protagonistas nos diferentes tempos-espaços de atuação. O mesmo é válido para os espaços de formação continuada de professores de Educação Física.